

UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE DA LÍNGUA NACIONAL NO DICIONÁRIO DE BEAUREPAIRE-ROHAN

Bruna Silvério BOTELHO*
Mariângela Peccioli Galli JOANILHO**

ABSTRACT: *With the goal of making the history of linguistic ideas in Brazil, through the analysis and understanding of technological tools such as grammars and dictionaries, is that it proposes to study the issue of Brazilian national identity. It starts with the assertion Sylvan Aurox (1998) to conceptualize hiperlíngua how language works in a space / time different, being an element of this space / time instruments grammatization above. According to Aurox (1998), monolingual dictionaries were developed in Brazil during the eighteenth century, as well as dictionaries of regionalism, literary dictionaries of words and technical dictionaries. Thus, we propose the analysis of terms that configure elements for a political-geographical understanding of how that identity is constituted through the *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889) de Beurepaire-Rohan. To this end, we take the dictionary as a linguistic tool that allows each jurisdiction to establish a greater objective than his.*

KEYWORDS: *grammatization; dictionaries; national language; identity*

1. Introdução

Com o objetivo de fazer a história das ideias linguísticas no Brasil, por meio da análise e compreensão de *instrumentos tecnológicos*, tais como, as gramáticas e os dicionários, é que se propõe o estudo da questão da identidade nacional brasileira. Parte-se da afirmação de Sylvan Aurox (1998) ao conceituar hiperlíngua como a língua funcionando num espaço/tempo diferente, sendo um dos elementos deste espaço/tempo os instrumentos de gramatização supracitados.

Segundo Aurox (1998), os dicionários monolíngües foram desenvolvidos no Brasil durante o século XVIII, bem como os dicionários de regionalismo, dicionários de vocábulos literários e dicionários técnicos. Desse modo, propomos a análise de termos que configurem elementos para uma compreensão político-geográfico sobre o modo como essa identidade está constituída, por meio do *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889) de Beurepaire-Rohan. Para tanto, tomamos o dicionário como um instrumento linguístico que permite a cada um estabelecer uma maior competência objetiva que a sua.

Nosso trabalho se insere na perspectiva teórica do programa de estudos da História das Ideias Linguísticas, inicialmente coordenado por Eni Orlandi, professora da Unicamp.

2. A gramatização brasileira do português

A gramatização brasileira do português inicia-se na segunda metade do século XIX, e até o final dos anos 30 é marcada pela diferente caracterização entre o português brasileiro e o europeu.

Por *gramatização*, compreende-se o que propõe Aurox (2009, p. 65), o qual define “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias,

* Mestranda em Estudos da Linguagem, Bolsista CAPES/DS; Universidade Estadual de Londrina.

** Orientadora; Universidade Estadual de Londrina.

que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico” sendo eles a gramática e o dicionário.

Sylvan Aurox (2009), já no prefácio desta obra afirma que irá partir de duas teses, sendo elas respectivamente: o nascimento das ciências da linguagem, pois segundo o autor “a escrita é que é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem” (2009, p. 8); e a segunda tese concerne ao que chamamos de *gramatização*, sendo este o objeto do segundo e terceiro capítulos do livro em questão. De acordo com Aurox:

“o Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramática de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de ‘gramatização’ mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX.” (2009, p. 8)

Assim, entendemos a *gramatização* como um processo de produção/instrumentalização das línguas por meio de instrumentos como a gramática e o dicionário. Esse processo de produção que se trata de uma revolução tecnológica trás a relação entre linguagem e poder, a produção de instrumentos para a dominação de culturas. Para isso, Aurox considera todo conhecimento como sendo uma realidade histórica, “seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da construção cotidiana do saber.” (2009, p. 11)

É nessa realidade histórica que se define a verdadeira cientificidade das ciências humanas, por isso se faz necessária a distinção entre a palavra normativa “ciência” e a palavra descritiva “saber”. Aurox (2009, p. 13) define “ciência”, como sendo preciso conhecer a natureza do objeto, que se supõe como organização conceitual inatingível. Por outro lado, para “saber”, é necessário situar o nosso objeto em relação a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana. É a partir desse momento que as pesquisas começam a se consolidarem, pois através da gramática da língua é possível descrever outras línguas, esse interesse surge primeiro por uma preocupação religiosa, como vimos anteriormente, com o objetivo de dominação. Em seguida, a preocupação passa a ser comercial.

Desse modo, temos que o primeiro fator da *gramatização* é que as gramáticas podem ser traduções umas das outras. O que pode ocasionar outro fato, como por exemplo, a necessidade de aprendizagem de outra língua, uma língua estrangeira. É a partir desse conceito que Aurox define a *gramatização* como “fato”, pois o que faz “deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita” (2009, p.22)

Em outras palavras, temos que “nessas tradições o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver.” (AUROUX, 2009, p. 23) É a escrita que possibilita o surgimento das ciências da linguagem, em seguida temos a necessidade de distinguir “ciência” e “saber”, para então, partirmos para o interesse da *gramatização* das línguas.

3. O dicionário e sua história

Ao percorrer a história dos dicionários descobrimos que os acádios foram os primeiros a elaborarem listas de palavras bilíngües que se tornariam glossários e dicionários. Uma prática comum entre os antigos, na China, na Índia, com os sumérios, com os gregos, listar palavras obedecendo a uma ordem convencional (alfabética), e com informações variadas.

As listas mais conhecidas são: o *Appendix Probi* (anônimo); glossário de Reichenau (século VII); o glossário de Cásel (século IX).

Essas informações sobre a língua contribuem para constituição da própria ideia de língua, e da origem das ciências da linguagem, chegando-se à descrição das línguas numa visão estruturalista no início do século XX.

A finalidade de um estudo puramente descritivo deve-se a relação com a gramática latina, a fim de manter-se a norma do latim clássico. O que marca uma outra relação entre língua e sociedade – sendo esta língua hegemônica ameaçada pelas palavras utilizadas entre os indivíduos sem prestígio social.

Até esse momento, o objetivo de se fazer glossários bilíngües era o de favorecer a difusão da doutrina cristã entre os povos, com o fim de estabelecer correspondência entre as línguas, como exemplo, tem-se os glossários latim-francês do século XIV.

Esses glossários já continham informações sobre as palavras de uma língua, entretanto, de acordo com Cohen (1962 apud DIAS; BEZERRA, 2006), o “fato dicionário” só ocorre no ocidente no século XVI, em que se tenta fazer uma descrição sistematizada do léxico.

Surgem então, os dicionários monolíngües: *Thesaurus linguae latinae* de Robert Estienne em 1532; *Thesaurus graecae linguae* de Henri Estienne em 1572. Os plurilíngües: *Dictionarium* de Calepino que desde o ano de 1502 escrevia dicionários de várias línguas simultaneamente; *Dictionarium latino-gallicum* e *Dictionnaire français-latin*, ambos de Robert Estienne em 1539, quando aparece o termo em francês. *Thesaurus Polyglottus* de Girolano Megiser em 1603; *Thesaurus Utriusque Linguae Hispanae et Latinae Omnium Correctissimus* de Requejo em 1679.

O interesse pela elaboração de dicionários passa a ser agora por uma preocupação cultural e não mais de ordem religiosa, para “registrar o uso de algumas línguas em extinção e facilitar a aprendizagem de línguas estrangeiras.” (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 28)

Assim, os dicionários bilíngües surgem por uma necessidade prática, e em seguida, os monolíngües (século XVII) para a conservação e imposição da variedade da língua “cultura”.

A preocupação em preservar o “bom” uso da língua, presente no *Dictionnaire de L’Académie* de 1694, aparece também em 1863, no Dicionário de Émile Littré, com estudos sobre os usos antigos.

O que diz respeito à Língua Portuguesa, a partir do século XVIII, os dicionários mais representativos são: o primeiro de Pe. Rafael Bluteau com *Vocabulario Portuguez e Latino*; o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio Moraes e Silva em 1789; o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* em 1855 de Eduardo de Faria; o *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa* de Francisco Adolfo Coelho; e o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* de Francisco Caldas Aulete em 1888.

No Brasil, os primeiros dicionários surgiram no século XIX, e como exemplo de obras efetivamente brasileiras temos: em 1853 o *Diccionario Brasileiro para Servir de Complemento aos Diccionarios de Lingua Portuguesa* de Costa Rubim; em 1888, o *Diccionario Brasileiro da Lingua Portuguesa* de Macedo Soares; e o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* em 1889 de Beaurepaire-Rohan.

Para a organização de seus verbetes, os dicionários valem-se de regras convencionais, entre elas as formas de entrada, as definições, as abonações (extraídos de situações de uso da língua), as informações gramaticais. O *Dicionário de Usos de Português do Brasil* de Francisco Borba, publicado em 2002, incorporou contribuições linguísticas modernas às da lexicografia tradicional. Bem como, a Gramática de Usos de Maria Helena Moura Neves, ambos possuem finalidades idênticas, a de “prover os usuários de um estudo do Português do Brasil, sem o caráter prescritivo.” (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 30)

Entretanto, o dicionário tem um papel mais restrito, com relação às gramáticas utilizadas em escolas e concursos, limitando-se a consultas ortográficas e a constatações da presença de uma palavra, ou de uma informação linguística. O que lhe atribui o caráter de legitimidade, pois se supõe que o dicionário contenha todas as palavras de uma língua. Visto que uma das suas primeiras funções foi a pedagógica, ela se impõe sobre o papel dos dicionários como objeto social e cultural. Elaborado numa perspectiva histórico-social, os dicionários representam a relação dos falantes com a língua e os diferentes modos de produção de conhecimento sobre a língua.

Os estudos referidos a respeito dos estudos sobre as palavras, como as listas, os glossários, os vocabulários e os dicionários não são sinônimos, pois possuem caracteres específicos. Visto que para uma obra ser considerada um dicionário, tem de atender aos critérios da completude e da normatização, ou seja, reunir o saber sobre a língua, pois, de acordo com Eni Orlandi (2002, p. 103), o dicionário assegura a sua unidade e representabilidade, o que significa afirmar que ele apresenta uma visão completa da língua. Como exemplo, é possível citar os dicionários bilíngues como um conjunto de palavras com tradução literal, com o objetivo de fazer a correspondência entre as línguas; já os monolíngues enfatizam aspectos diversos.

Como no dicionário de Eduardo de Faria, identifica-se no prefácio “a função reguladora desse instrumento linguístico” (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 31). E nos três dicionários citados, percebe-se a influência da gramática tradicional, o cunho normativo do dicionário, pois “ele determina que formas e usos linguísticos são aceitáveis ou não em grupos de prestígio.” (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 31)

Tendo em vista que uma obra não está isenta da influência da época, ela reflete as relações de poder através das palavras, temos que o próprio imaginário reflete a concepção de mundo de seus autores. Assim, o dicionário pode reiterar seu papel normativo dependendo da forma como registra os conhecimentos sobre a língua.

O dicionário de Francisco Borba, por exemplo, posiciona-se de forma diferente a organização da língua, o que altera a visão impositiva do dicionário em nosso imaginário, trazendo exemplos de usos mais explícitos com relação ao momento sócio-histórico.

Dessa maneira, chegamos a ideia de que o dicionário tido como instrumento linguístico legitima o saber sobre a significação.

4. Os brasileirismos e a identidade nacional

Os três dicionários citados acima, como exemplo de obras especificamente brasileiras, trazem palavras típicas do Brasil, o que podemos chamar de “brasileirismos”. Eles contribuíram para se questionar “o caráter normativo do dicionário, dando-lhe uma característica mais descritiva”. E “O fato de registrá-las era o reconhecimento de que a língua portuguesa se ampliava, em virtude do momento histórico por que passavam os portugueses que viviam no Brasil, em contato com os indígenas e os africanos trazidos para cá, e da miscigenação daí decorrente. Conseqüentemente, o caráter purista do português europeu estava sendo indiretamente questionado.” (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 29)

Sheila Elias de Oliveira em “Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos” entende que os brasileirismos se dão em espaços de enunciação, espaços em que há o funcionamento da língua. Assim, para ela os brasileirismos “afirmam um lugar de identidade linguística brasileira, instabilizam uma certa normatividade de sentidos da língua portuguesa [...]”(2002, p. 84).

Vimos que a gramatização brasileira do português inicia-se na segunda metade do século XIX, que até o final dos anos 30 é marcada pela diferente caracterização entre o português brasileiro e o europeu.

Como exemplo de dicionários de brasileirismos, temos o de Macedo Soares publicado em 1888, e o de Beaurepaire-Rohan em 1889. Ambos configuram elementos para uma compreensão político-geográfico sobre o modo como nossa identidade nacional está constituída.

Em particular, o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* de Beaurepaire-Rohan, afirma uma especificidade vocabular brasileira, temos assim, um novo sentido atribuído à língua portuguesa, e os brasileirismos nada mais são que, argumentos para essa afirmação de identidade linguística especificamente brasileira.

Levando-se em consideração a afirmação de Eduardo Guimarães (2005) de que os dizeres se dão em espaços de enunciação, espaços em que a língua está em funcionamento, faz-se necessária a explicitação do conceito de cena enunciativa. São exatamente os espaços de enunciação, com suas figuras: Locutor (L) o “eu” da enunciação; o locutor-x, como o lugar social do qual fala L; e o enunciador como o lugar de dizer, seja ele individual, universal, genérico ou coletivo. Ou seja, falamos de posições no interdiscurso, em *formações discursivas* determinadas. Utilizamos aqui o conceito de formação discursiva definido por Pêcheux (1995, p.160) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.”

O dicionário enquanto instrumento constitui espaços de enunciação/ cenas enunciativas. Para tanto, é preciso analisar o embate produzido no interior da cena enunciativa, em que temos uma mudança de posições entre autor (Locutor) e locutor-x/enunciador.

É, então, uma abordagem da relação constitutiva de nossa identidade nacional a partir da textualização do dizer do dicionário de brasileirismos, e sua sustentação histórica que será analisada no corpus que se segue.

5. O *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889) de Beaurepaire-Rohan e a constituição do caráter nacional

Antes de se esboçar uma análise, faz-se necessário a explicitação do corpus de análise e toda a sua condição de produção. Levando-se em consideração a ideia de cena enunciativa, como “espaços de enunciação” tem-se como autor (Locutor) do dicionário supracitado Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan.

Primeiro e único visconde com grandeza, nascido em Niterói no dia 12 de maio de 1812, faleceu no Rio de Janeiro em 19 de julho de 1894. Nobre, militar e político brasileiro; filiado ao Partido Liberal. Filho de: Tiago Antônio Marcos de Beaurepaire (conde de Beaurepaire), e Maria Margarida Skeis de Rohan (anglo-portuguesa), ambos vieram para o Brasil com D. João VI.

Beaurepaire-Rohan serviu o exército aos 7 anos, e já com 17 anos, em 1829, foi segundo-tenente de artilharia. Em 1837, passou para a arma de engenharia e atingiu o posto de marechal-de-campo com 62 anos.

Chegou ao cargo de tenente-general em 1880. Em 1885, foi conselheiro de guerra, comandante geral do corpo do Estado de segunda classe e membro da comissão de promoções do exército.

Em 1890, chegou à patente de marechal de exército, e de 27 de julho de 1855 a 01 de março de 1856 foi vice-presidente da província do Paraná, depois de 29 de maio de 1856 a 26 de outubro de 1857, presidente das províncias do Pará. Por último, de 09 de dezembro de 1857 a 04 de julho de 1859, presidente da província da Paraíba, nomeado por carta imperial.

Em 1864 foi nomeado ministro da guerra. Titulado Bacharel em física e matemática e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

No dia 13 de junho de 1888 recebeu o título com as honras de grandeza, sendo conhecido como Gentil-homem da Imperial Câmara, foi grã-cruz da Imperial Ordem de Avis e dignatário da Imperial Ordem da Rosa, foi também comendador da Imperial Ordem de Cristo

No que diz respeito à suas produções bibliográficas, escreveu: *Corografia da Província da Paraíba do Norte* publicada na Revista do Instituto Histórico da Paraíba em 1911.

Já o que diz respeito à estrutura de sua obra que tem por título: *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, o autor ao denominar o dicionário como tal, afirma então, uma especificidade vocabular brasileira, sem dar nome a língua com a qual estes vocábulos são colocados em relação, assim, não se fica explícito se o caráter é de pertencimento ou de oposição à esta língua.

Beaurepaire-Rohan publica o dicionário no ano de 1889, ano em que se tem a Proclamação da República no Brasil. Portanto, dedica sua obra à D. Pedro II, como vemos na seguinte dedicatória: “A sua Majestade Imperial O Senhor D. Pedro II Imperador Constitucional e defensor perpetuo do Brazil, como expressão do mas profundo respeito O. D. e C. O Visconde de Beaurepaire-Rohan”.

No início do prólogo, o enunciador se apresenta como individual, colocando em primeira pessoa ao citar o poeta francês Jean-Baptiste-Louis Gresset: “Apresento-me em publico à sombra do seguinte conceito de Gresset: On doit s’honorer des critiques, mépriser la satire, profiter de ses fautes et faire mieux.”

Nos seguintes parágrafos do prólogo, o autor afirma querer enriquecer o trabalho, mais especificamente o seu dicionário com contribuições dos leitores, por isso os incita a ler a sua obra com olhos diferentes, atribuindo um novo sentido à língua portuguesa.

Assim, apresenta o seu dicionário com um caráter específico, diferindo da característica de completude dada aos demais, quando diz: “Reconheço que o meu *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* melhor prehencheria seu titulo se comprehendesse a totalidade das denominações vulgares dos nossos produtos naturaes, das tribus dos aborigenes [...] e das localidades.” O seu dicionário não apresenta a totalidade de denominações, por isso ele se reconhece modesto ao dizer essas palavras.

E continua seu prólogo: “foi pelo receio de perder o meu trabalho, se não me apressasse em publical-o, no pé em que se achava.” Vemos nesse momento, a relação que havia entre Beaurepaire-Rohan, como mero subordinado, e D. Pedro II a quem foi destinado o dicionário.

Beaurepaire se mostra ainda já possuir certa maturidade quando afirma: “Na minha avançada idade [...]”, pois se levarmos em consideração sua data de nascimento e o ano de publicação do dicionário, chegamos a conclusão que ele publicou a obra aos 77 (setenta e sete) anos.

Referindo-se à dificuldade ortográfica dada ao fato de que o tupi é uma língua ágrafa, como no excerto: “Poder-me-hão arguir de pouco systematico, quanto à orthographia das palavras derivadas do tupi. A esse respeito farei apenas observar que esta lingua, apezar de suas bellezas syntacticas, que a fizeram, mais de uma vez, comparar ao grego, era meramente fallada e não escripta pelas tribus selvagens que a praticavam.”

E continua: “Não é muito de espantar este estado de desordem na orthographia de idiomas illetrados, quando na nossa propria e formosa lingua se observa a tal respeito a maior incuria. Não nos faltam certamente dictionarios; mas cada auctor indica um modo de escrever e pronunciar diverso dos outros. Parece incrível que a lingua portugueza não tenha ainda um dictionario official, que nos sirva de auctoridade.”

Por fim, nos últimos parágrafos agradece aos amigos pelo auxílio de informações e para eles dedica algumas páginas intitulada: “Relação das pessoas que contribuíram com informações e cujos nomes estão citados no correr d’este Dictionario”. Sendo esta uma lista alfabética de nomes que serão citados nos exemplos dos verbetes.

Em seguida, constrói uma espécie de bibliografia com “Relação dos auctores e obras mencionadas”. E inclui as “Principaes abreviaturas”, a fim de situar o leitor com informações gramaticais que estarão presentes nos verbetes.

Quanto aos verbetes, temos uma vasta lista alfabética com enunciados típicos da nossa língua de nomes de plantas, regiões, lugares, animais, comidas, na tentativa de reunir o maior número possível de expressões e enunciados nacionais, colocando em questão o caráter purista europeu.

Na maioria dos verbetes, têm-se as formas de entrada com informações gramaticais, o nome da região em que se utiliza a palavra, a definição dada, o nome de uma pessoa que, como vimos anteriormente contribuem com exemplos, e aparece em grande parte dos verbetes a etimologia, ou seja, a explicação da origem da palavra. Como exemplos de alguns verbetes escolhidos aleatoriamente, temos:

Girau, V. Jiráu.

Jiráu, *s. m.* especie de grade de varas sobre esteios fixados no chão, e mais ou menos elevados, segundo o mister a que se deve prestar. Ora é destinado a leito de dormir nas casas pobres; ora serve de grelha para *moquear* a carne ou peixe, ora para nelle expor ao sol objectos quaesquer. Tambem dizem *Juráu*. // Em algumas provincias do Norte, applicam igualmente o nome de *Jiráu* a uma esteira suspensa e presa ao tecto da casa por quatro ou mais cordas, e serve para nella se guardarem queijos e outros generos, que ficam desta sorte ao abrigo dos ratos e demais alimarias damninhas (Meira). // *Etym.* É voc. da lingua tupi, e parece corruptela de *Juráu*. Tem-se escripto *Giráo* e *Giráu* (Moraes, Aulete).

Jabá, *s. m.* (*Bahia, Serg.*) o mesmo que *Charque*.

Pacóva, *s. f.* o mesmo que *Pacóba*.

Pacóba, *s. f.* nome que davam os povos da raça tupi, as especies de Bananas naturaes do Brazil e do Paraguay. Este nome, sob a forma *Pacóva*, ainda é usual no Piauhy, Maranhão e Pará. Nesta ultima provincia, só dão o nome de Banana as especies exoticas. No Rio de Janeiro se applica exclusivamente o nome de *Pacóba* a uma especie notavel pelo grande desenvolvimento da fructa. No Paraguay dizem *Pacová*, e bem que Montoya tivesse escripto *Pacobá*, cumpre attender a que o *b* hespanhol é igual ao *v* portuguez.

Pacová, *s. m.* (*S. Paulo*) nome vulgar da *Alpinia nutans*, planta da familia das Amomeas, a que se attribuem qualidades medicinaes (Martius). // *Etym.*

Provavelmente resulta seu nome da tal ou qual semelhança da planta com a da bananeira, a que os aborígenes assim chamavam.

Patuá, *s. m.* nome commum a diversas espécies de receptáculos moveis, onde se arrecadam e transportam objectos quaesquer. // Em algumas províncias do norte, é uma bolsa de couro, de que se servem os sertanejos para o transporte de favos de mel. // No Pará, é uma espécie de cesto ou balaio, e dão particularmente o nome de *Patuá-balaio* a uma caixa com repartimentos para comida, louça, , vidros, talheres, de que se usa nas viagens fluvines (B. de Jary). // Especie de amuleto que consiste em um saquinho de couro, contendo cabeças de cobras e outras cousas a que attribuem virtudes milagrosas, e que os crédulos trazem pendurado ao pescoço, para os livrar de malefícios (Abreu e Lima). // Entre os Indios da região amazônica significa bahú, caixa (Seixas). // Em S. Jorge de Ilhéos, na provincia da Bahia, é uma caixa com tampa de forma elliptica feita de palha de palmeira; mas alli lhe dão o nome de *Patiguá* (Ennes de Souza). // *Etym.* *Patuá* e *Patiguá* são pronuncias diferentes do mesmo voc., pertencente á língua tupi. No dialecto do Amazonas, se pronuncia *Patuá* (Seixas). Os tupis do Brasil meridional davam á canastra o nome de *Patuguá* (*Voc. Braz.*)

Palmito, *s. m* rebento central das Palmeiras de que se usa como legume, tanto nos guisados, como nas empadas, e até cru em salada. Bem que todas as plantas desta família produzam *palmitos* comestíveis, todavia algumas espécies há a que se dá a preferência, e a estas dão por excellencia o nome de *Palmito*; taes são o *Palmito-molle* (*Euterpe edulis*), o *Palmito-amargoso* (*Cocos Mikianiana*), aos quaes também chamam, o primeiro, *Assahi*, *Jissára* ou *Jussára*, e o segundo *Guariróva*. // O voc. *Palmito* é bem antigo na língua portugueza, e há perto de quatrocentos annos que delle se serviu Vaz de Caminha, na carta que, de Porto-Seguro, em 1 de maio de 1500, dirigiu a El-rei D. Manoel, relatando-lhe a descoberta do Brazil.

Pimenta-da-costa, *s. f.* (*Bahia*) especie de fructa africana, cujas sementes são empregadas como condimento e têm o ardor da pimenta.

Pirarucú, *s. m* (*Valle do Amaz.*) nome vulgar do *Vastris gigas*, especie de peixe grande, de que se fazem salgas, e tem o sabor do bacalhau. // *Etym.* É voc. tupi composto de *Pirá*, peixe, e *Urucú*, nome vulgar da *Bixa Orellana*, de cujas sementes se extrahe uma tinta vermelha.

Essa série de vocábulos extraídos do dicionário de Beurepaire-Rohan apresenta definições que produzem um discurso de uso instrumental sejam elas urbanas ou rurais, como no caso de nomes de alimentos, ou de objetos. Como por exemplo, o enunciado “patuá”, não é a bolsa que tem a propriedade natural de possuir o mel, mas sim o emprego que o sujeito sertanejo faz dela.

Com relação às definições de objetos naturais, como os produtos alimentícios “pirarucú”, “palmito”, “pimenta-da-costa”, observa-se que o locutor-x interfere na produção do sentido, produz um modo diferente de significação. O que mostra a figura de um locutor-x utilizador, que tem a preocupação em descrever os usos e funções dos vocábulos, sem deixar de explicitar que ele se utiliza de tais produtos, isso torna os seus argumentos ainda mais confiáveis.

Essa tendência naturalista moralizante, revelada no dicionário de Rohan, inscreve-se na história da lexicografia nesse momento tão decisivo para a formação de nossa língua nacional.

6. Considerações Finais

A partir do tema proposto, tentamos inicialmente compreender o processo de constituição da língua, por meio do dicionário de brasileirismos de Beaufort-Rohan, o qual utiliza-se de termos que explicitam elementos sobre o modo como a identidade nacional brasileira está constituída.

Com a análise do dicionário de Beaufort-Rohan, percebemos que o locutor-x cria um novo espaço de enunciação, para que se possam ser concebidos novos sentidos para a língua falada no Brasil neste fim de século. Pois, historicamente, o Brasil se encontra em um período em que começa a constituir-se como nação, período de Proclamação da República.

Devemos levar em consideração que é a língua um dos instrumentos que contribuirão para a implementação de um sentimento nacionalista. Assim, o processo de *gramatização* do português brasileiro, do qual este dicionário faz parte, colabora para com a sustentação e afirmação de “nossa” língua, que apresenta formas e sentidos diferentes do português europeu. Ou seja, coloca em questão o caráter especificamente purista em relação ao europeu.

E esse dicionário de brasileirismos comprova que estamos tratando de línguas distintas, com suas especificidades, com formas e significados dos falares de nossa terra. Ele traz vocábulos próprios ou ressignificados, o que atesta as diferenças entre as línguas, e afirma a existência de um léxico brasileiro.

Nosso trabalho, que se insere na perspectiva teórica do programa de estudos da História das Ideias Linguísticas no Brasil, mostra como os dicionários são de extrema importância para o conhecimento do contexto da época, bem como as situações de uso e de concepção de língua, chegando à reflexão do conceito de língua nacional.

Referências

- AUROUX, Sylvan. Língua e Hiperlíngua. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, v. 1, p. 17-30, 1998
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2.^a Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BEAUREPAIRE-ROHAN. *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, E. ZOPPI-FONTANA (Orgs.) *Introdução às Ciências da Linguagem – A Palavra e a Frase*. Campinas, Pontes Editores, p. 11-37, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2.^a Ed. Campinas: Pontes, 2005.
- OLIVEIRA, S. E. Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) *História do saber lexical e construção de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Pontes, p. 83-98, 2002.
- ORLANDI, E. P. Lexicografia discursiva. In: _____. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et AL. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.